

MEDIAÇÃO CULTURAL: COMPETÊNCIA INFORMACIONAL E EQUIDADE SOCIAL

Rosale De Mattos Souza (Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro)

Zaltair Ferreira Navarro de Andrade Neto (Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro)

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de uma monografia de final de curso de graduação em Arquivologia e visa analisar o letramento informacional e a competência informacional como elementos fundamentais para dirimir as questões referentes à desigualdade social, exclusão digital e informacional existente na sociedade brasileira.

Diante do cenário de desigualdade social no Brasil é importante discutir as questões de inclusão/exclusão digital, como o crescimento das Tecnologias da Informação e da Comunicação - TIC's, das ferramentas digitais nas redes sociais, tais como facebook, instagram e outras, que servem para a praticidade e eficiência de muitos serviços públicos e privados.

Os cidadãos que não possuem tais habilidades informacionais comumente são os que mais sofrem os efeitos da desigualdade social e, por essa razão, tornam-se também vítimas da desigualdade informacional, que os une num grupo de indivíduos digitalmente excluídos e educacionalmente negligenciados pelo governo.

A desigualdade vivenciada no país pode ser verificada sob diversas óticas, visto que seus efeitos refletem em muitas faces, sendo uma delas o

acesso à infraestrutura tecnológica e seus benefícios. Sob as perspectivas da cultura e da informação, o presente trabalho propõe uma análise crítica da má distribuição da informação no Brasil, sobretudo entre as classes menos favorecidas, que culmina na pouca participação do exercício da cidadania, contribuindo para o quadro da iniquidade social.

Considerando que a mediação cultural em Arquivos com vistas à competência informacional abre portas para a equidade social, temos os seguintes questionamentos: quais têm sido as medidas encontradas pelos Arquivos para suprir as variadas necessidades informacionais de grupos minoritários? Como os Arquivos e os arquivistas têm contribuído para o desenvolvimento da equidade informacional na sociedade brasileira?

Para encontrar as possíveis respostas para estas indagações é necessário compreender o significado de mediação cultural e sua relação com os arquivos, bem como o que é competência em informação e seu impacto na sociedade, para além dos limites organizacionais.

Evidencia-se, portanto, a necessidade de estreitar ainda mais a relação entre os arquivos e a parcela da sociedade que não usufrui desses locais para fins educacionais. Nessa mesma lógica, também é necessário desenvolver medidas para a divulgação dos acervos arquivísticos por meio da descrição (representação) e implementá-las junto às políticas públicas de acesso, para que este conhecimento reunido, produzido e organizado pelos Arquivos chegue às camadas sociais que desconhecem ou não reconhecem a sua relevância.

Disponibilizar os acervos documentais aos grupos sociais menos favorecidos através de ações culturais nos Arquivos implica em oferecer-lhes autonomia informacional, para que utilizem o conhecimento ofertado com propriedade na tomada de decisões. Logo, optar pelo uso dos documentos arquivísticos como ferramentas de propagação histórica e cultural, assim como são os livros, por exemplo, implica também em estimular o pensamento crítico e o desenvolvimento de competências em informação.

Salienta-se a importância de tratar a mediação cultural nos Arquivos, ao passo que fomenta a discussão da ética, segundo a Teoria Crítica da Informação, da má distribuição da informação no mundo, entre os países de primeiro mundo e aqueles periféricos, e as diferentes classes sociais. Assim, no cenário contemporâneo o arquivista se aproxima de novas incumbências junto aos usuários. À medida que as tecnologias de informação e as redes sociais avançam, modificam-se os discursos de praticidade do trabalho, dos serviços públicos e privados, mas não são garantidos a todos os cidadãos. Faz-se necessária a intermediação e orientação dos arquivistas junto aos usuários para o acesso às informações e ao conhecimento.

Portanto, este trabalho aproxima-se da Arquivologia Social, tratando da competência informacional e da mediação cultural em Arquivos, do acesso à informação e ao conhecimento, contribuindo na solução da desigualdade social no Brasil.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Metodologia

A metodologia teórica utilizada possui caráter qualitativo, de natureza bibliográfica e exploratória, pois investiga as noções de arquivos, ética informacional, mediação cultural e competência informacional, utilizando também a Teoria Crítica da Informação como base para fundamentar a perspectiva da informação como capital.

2.2 Mediação Cultural em Arquivos e Competência Crítica em Informação

O diálogo entre a Ciência da Informação, Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia ocorre através do olhar informacional compartilhado por estes campos de conhecimento. A Arquivologia e a Ciência da Informação se encontram nos limites estabelecidos por esse olhar, que tratam dos aspectos físicos, cognitivos e sociais da informação.

Destacamos que a Arquivística canadense e também a corrente australiana foram consideradas mais próximas da corrente Pós-Moderna, mais alinhada ao tema desta pesquisa, pois é mais próxima do enfoque social, da relação entre o letramento informacional e a mediação cultural como questões contemporâneas imbricadas com a Ciência da Informação.

A mediação, por sua vez, acontece por meio da intervenção de agências de informação, tais como: os arquivos, as bibliotecas e os museus. Essa intervenção constitui-se nas ações dos agentes sobre os acervos, visando, de modo geral, organizá-los, representá-los, recuperá-los e disseminá-los, para possibilitar o acesso aos registros.

Arquivos, bibliotecas e museus agem como mediadores na medida em que, por meio de uma intervenção intencional, buscam promover o contato entre aquilo que está/estaria separado (as pessoas dos registros de conhecimento), buscam otimizar a maneira como os seres humanos se relacionam com esses registros (produzindo-os e os utilizando). (ARAÚJO, 2012, p. 12)

A utilização desses registros, amplamente entendidos como objetos culturais, depende dos olhares simbólicos debruçados sobre eles. Tratando-se

dos documentos arquivísticos, a atribuição desses signos normalmente se estende desde o momento da avaliação documental até a aquisição dos dados por parte do público, mas não representa uma regra, devido ao fato de existirem documentos que já nascem com tamanha relevância social e potencial para se tornarem documentos permanentes.

Quanto aos objetos culturais, utilizemos como base a definição dada por Perrotti e Pieruccini (2014):

Os objetos culturais são signos e, mais que isso, discursos potencialmente capazes de produzir deslocamentos intelectuais, emocionais, afetivos, [...]. Por outro lado, constituem-se como realidades concretas e objetivas, permeadas e dividindo o espaço social com outros fenômenos e sujeitos. (PERROTTI; PIERUCCINI, 2014, p. 8)

Seguindo a linha de raciocínio, em linhas gerais, notamos que os arquivistas são naturalmente mediadores muito antes de serem gestores do acervo ou da informação arquivística; isto, pois são sujeitos sociais, acrescidos de orientação para reconhecer os atos de “in-formar” nos registros arquivísticos, assim como suas capacidades direcionam o ato de “in-formar” a outros sujeitos.

Por conseguinte, podemos supor a compreensão das relações entre a mediação e a Arquivologia das seguintes formas: de um lado temos os documentos arquivísticos que são objetos culturais que comportam dados com funções e finalidades diversas; do outro lado temos um receptor desses dados; entre um e outro, temos os arquivistas como um dos agentes mediadores e nesse caso, como um mediador da informação. Sob outra ótica, ao passo que temos documentos que asseguram direitos e deveres, de um lado, do outro temos, por exemplo, o cidadão legalmente resguardado; entre os dois lados, temos o arquivista responsável pela preservação desses registros jurídicos e, assim, podemos também considerar, em alguma instância, o arquivista um mediador político. Dentre outras perspectivas de analisar a questão da mediação na Arquivologia, olhemos sob o ponto de vista da mediação cultural: de um lado, temos os arquivos dotados de cargas históricas, sociais e culturais, cuja manutenção preserva seus múltiplos contextos; do outro, temos cidadãos que, de alguma maneira, interagem com os arquivos nos cenários internos ou externos às instituições; entre ambos, temos o arquivista, responsável por estabelecer essas conexões, sendo, então, um agente de mediação cultural.

Assim, a mediação cultural “é ação portadora de sentidos próprios que estão em relação com sentidos incrustados tanto nos objetos, como nos sujeitos culturais e seus respectivos contextos” (PERROTTI; PIERUCCINI,

2014, p. 9), em que os sentidos são transferidos e dialogam com a percepção da realidade que o sujeito receptor vivência.

Atualmente, na chamada “Era da Informação”, é de suma importância refletirmos e tratarmos também dos aspectos cognitivo e social do acesso à informação, ao passo que possamos contribuir para outras problemáticas que extrapolam os limites organizacionais — o que não significa, necessariamente, que o tratamento das questões físicas esteja limitado ao benefício dos usuários ou colaboradores de uma instituição.

Mediação cultural, na perspectiva arquivística, é o processo cujos objetos são representações dos documentos de arquivo em que, por meio da valorização e da exploração, objetiva-se contribuir para a democratização das culturas (inclusive da cultura arquivística) ampliando assim a circulação, a apropriação, a recepção e a produção de produtos e bens culturais. (ALDABALDE, 2016, p. 66)

À medida que as tecnologias de informação avançam, modificam-se as realidades, que distorcidamente promovem discursos em favor da praticidade do trabalho, da comunicação, dos serviços públicos e privados e, realmente, muitas vezes entregam o que propõem, não podemos negar seus benefícios, mas que não garantem que os indivíduos em situações precárias façam parte dessa realidade.

Compreender os documentos arquivísticos e seus respectivos contextos de criação, significa compreender o que restou dos fatos históricos; preservar os documentos significa realizar uma constante manutenção dos fragmentos históricos; logo, conceber formas de viabilizar o acesso à informação registrada nos documentos — incluindo ferramentas para ensinar a acessá-las e maneiras de divulgá-las à sociedade, significa oferecer aos cidadãos uma oportunidade de reconhecimento nos arquivos, nutrir vozes usualmente silenciadas.

Pensar em mediação cultural implica em questionar a maneira como os arquivos impactam as camadas menos favorecidas da sociedade, sendo estas últimas comumente negligenciadas no que diz respeito à educação. Isso significa que, muito provavelmente, as ações e decisões que giram em torno do acesso aos documentos arquivísticos não contemplam integralmente as necessidades dessas camadas sociais, muitas vezes demonstrando uma preocupação rasa sobre os caminhos percorridos pela informação arquivística até chegar ao leitor minimamente letrado.

Em decorrência do processo de letramento informacional, os indivíduos desenvolvem habilidades cognitivas que os fornecem autonomia em suas tomadas de decisões, capacitando-os intelectualmente para

construir percepções mais esclarecidas sobre o mundo e os fenômenos da realidade. Assim, a competência informacional “refere-se à capacidade do aprendiz de mobilizar o próprio conhecimento que o ajuda a agir em determinada situação.” (GASQUE, 2013, p. 5)

Por sua vez, o letramento decorre de uma preocupação em fornecer ferramentas didáticas; essa preocupação pode advir do interesse do próprio indivíduo em obter determinadas informações (tratando-se dos autodidatas), como pode vir de um estímulo externo ao indivíduo (no caso das instituições pedagógicas, por exemplo). Nesse sentido, Gasque (2013) complementa:

Ao longo do processo de letramento informacional, os aprendizes desenvolvem competências para identificar a necessidade de informação, avaliá-la, buscá-la e usá-la eficaz e eficientemente, considerando os aspectos éticos, legais e econômicos. (GASQUE, 2013, p. 5)

Já sob a ótica da competência informacional crítica, cujas influências remontam às teorias críticas, Shapiro e Hughes (1996) preconizam que esta deve ser entendida como uma “arte” “[...] que vai desde saber como usar os computadores e acessar a informação até a reflexão crítica sobre a natureza da informação em si, sua infraestrutura técnica, e o seu contexto e impacto social, cultural e mesmo filosófico [...]” (*apud* VITORINO, 2009, p. 135). Vitorino (2009) complementa:

[...]Nesse sentido, os autores ampliam o conceito e o papel social da competência informacional, que seria muito mais do que uma reunião de habilidades para acessar e empregar adequadamente a informação e passaria a funcionar como uma ferramenta essencial na construção e manutenção de uma sociedade livre, verdadeiramente democrática, em que os indivíduos fariam escolhas mais conscientes e seriam capazes de efetivamente determinar o curso de suas vidas. [...]. (VITORINO, 2009, p. 136)

A construção de uma sociedade democrática depende de muitos fatores, que ao observarmos a realidade brasileira, nos dias de hoje, notamos claramente uma carência de responsabilidade e de responsabilização por parte do Estado. Em virtude do desenvolvimento desenfreado das Tecnologias de Informação e da Comunicação, avolumaram-se os fluxos informacionais e as possibilidades de receber informações se tornou diversa.

A variedade informacional do “cardápio” das mídias sociais é ao mesmo tempo tentadora e assustadora, devido à magnitude da disseminação de informações autênticas e inautênticas. Nos últimos anos, vimos crescer as “*fake news*”, que são informações inautênticas, sem veracidade, com a finalidade de

distorcer fatos sobre a realidade. O perigo e a alta capacidade de manipulação dessas falsas informações residem justamente nos indivíduos carentes de competências cognitivas para analisá-las de forma crítica.

A propagação imprudente dessas informações, embora muitas vezes seja superficialmente sorrateira, revela intenções muito claras à luz de uma consciência crítica: estabelecer um panorama deturpado para dissimular fatos; tornar turvo e embaraçado o acesso à informação tangível; mascarar dados reais, com o intuito de manipular e exercer coerção sobre o coletivo.

Nesse contexto, é essencial que os profissionais da informação articulem ideias, medidas e ferramentas para dirimir, mesmo que minimamente, os efeitos da desinformação. Disseminar a importância dos acervos arquivísticos (como também os bibliográficos e museológicos), seus contextos de criação e o que representam na história atual, relaciona-se à promoção da mediação cultural em favor da ética informacional.

Uma solução possível para esta crise passa necessariamente pela ética e pela Competência Crítica em Informação, uma vez que a ética permite a distinção do bem e do mal, da verdade e da mentira, além de dispor sobre o que é certo ou não no que diz respeito à elaboração, divulgação e uso da informação. Já a Competência Crítica em Informação, prepara o usuário para olhar criticamente a informação e se capacitar para distinguir entre o que é relevante e/ou irrelevante, buscar fontes seguras de informação, hierarquizar as informações, utilizá-las, produzir novas informações, ser criativo, contextualizar etc. (BRISOLA; ROMEIRO, 2018, p. 75)

Destarte, a pesquisa pretende fomentar mais diálogos entre os arquivos e sua função cultural, de forma que explicita seu caráter social através do aspecto informacional enquanto agente de mudança da realidade. Visando maior aproximação entre os documentos arquivísticos e o público alvo, especialmente o cidadão comum, é essencial pensar e adotar medidas de disseminação e acesso que vão ao encontro das necessidades informacionais destes indivíduos.

Diante das díspares realidades sociais, políticas, econômicas e culturais, estimular a consciência crítica, em meio a um turbilhão de informações, pode ser um elemento chave para restabelecer um quadro de equidade informacional no coletivo, além de nutrir a esperança de uma sociedade mais equânime em sua completude.

2.3 Resultados

Ao longo do desenvolvimento do trabalho, da pesquisa bibliográfica e exploratória percebeu-se a pouca incidência de trabalhos de letramento, mediação cultural e competência informacional na Arquivologia, sendo necessário recorrer principalmente aos estudos em Ciência da Informação e Biblioteconomia. Desta maneira, é importante explorar novos caminhos de pesquisa em Arquivologia, a fim dessas temáticas constarem nas agendas de pesquisas e alargar o conhecimento da área, reafirmando ainda mais o seu status enquanto ciência.

Devemos considerar que, de fato, a competência informacional não é a principal demanda ou mesmo a maior prioridade da área atualmente, visto que os olhares dos profissionais estão atentos voltados à realidade digital, que cada vez mais nos impacta e promove desafios com relação às antigas práticas profissionais. Entretanto, é importante desenvolvermos outras possibilidades de estudo em Arquivologia, de modo a tornar o conhecimento da área mais rico em diversidade, intelectualmente flexível e, por conseguinte, abrir novas demandas de serviços e produtos junto aos Arquivos e aos cidadãos (usuários).

Ao trabalhar as questões referentes à mediação cultural em Arquivos, as relações entre as instituições arquivísticas e a sociedade tendem a se fortalecer. Quando bem estruturadas, estas relações trazem maior segurança à permanência e à manutenção dos Arquivos, do patrimônio documental, haja vista que a mediação cultural promove o reconhecimento da proteção ao patrimônio documental, da perpetuidade e da disseminação do conhecimento. Uma sociedade que reconhece e valoriza os serviços e produtos das instituições arquivísticas, tende a valorizar estes espaços.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa propôs analisar os conceitos de Mediação Cultural, Letramento Informacional e Competência Crítica em Informação, sob a perspectiva da Arquivologia, haja vista que são poucos trabalhos em pesquisas na área, evidenciando seus aspectos social e cultural. Constatamos, embora não de forma definitiva, que a Mediação Cultural em Arquivos pode ser uma grande contribuição para desenvolver competências críticas em informação nos cidadãos comuns, que muitas vezes desconhecem o valor dos Arquivos e nem os reconhecem como patrimônio histórico, social e cultural.

Através da Abordagem Funcional da Arquivologia, entendemos uma nova maneira de enxergar o papel social dos arquivistas nas instituições e, para além destas, a importância destes profissionais para a sua organização

social. O ato de preservar as representações de uma história ou de uma memória, naturalmente implica no apagamento de outras parcelas dos fatos sobre a realidade; isto aponta a enorme responsabilidade e influência dos arquivistas na (re)construção das perspectivas sobre a vida em sociedade.

Com a análise da evolução da Ciência da Informação, podemos estabelecer nexos entre a Arquivologia e o olhar informacional sobre os registros arquivísticos, na qual os arquivos e os arquivistas devem ter maior preocupação com os aspectos cognitivos, no atendimento e orientação aos usuários e pesquisadores, para dirimir diferenças no grau de informações transmitidas.

Foi possível perceber também que, embora seja inegável o impacto benéfico da revolução tecnológica no estilo de vida atual, pouco se vê ações do Estado objetivando ensinar os cidadãos a fazer uso eficiente destes recursos, o que ocasiona a exclusão digital e informacional. Não basta a existência do governo digital, mas é de suma importância promover medidas com vistas ao desenvolvimento de habilidades cognitivas dos indivíduos, para que estes possam usufruir dessas informações de forma autônoma.

Em contraste aos benefícios fornecidos pelo desenvolvimento das Tecnologias da Informação e da Comunicação, observamos a disseminação de informações inautênticas, sobretudo nas redes sociais; este cenário deixa claro que os profissionais da informação devem engajar-se politicamente para criar medidas de combate à desinformação.

Além disso, compreendemos que os arquivistas devem também utilizar suas capacidades intelectuais e práticas para tentar dirimir algumas das questões referentes à desinformação na sociedade, aliados à ética informacional. Desse modo, torna-se essencial o investimento em medidas que diminuam o impacto da desinformação na sociedade, exigindo criatividade e responsabilização dos profissionais da informação em favor do coletivo e do processo democrático na sociedade da informação.

Contudo, vale ressaltar que a pesquisa não tem a pretensão de apresentar soluções para todas as inquietações relativas à desigualdade social no Brasil através da competência informacional e da mediação cultural; mas buscar maneiras de aproximar ainda mais os arquivos do seu papel social, no sentido de torná-los mais íntimos do cidadão brasileiro marginalizado, que deverá reconhecê-los como insumos ativos na defesa e apropriação de seus direitos diante das injustiças sociais.

A pesquisa constituiu-se como uma forma de influenciar outros trabalhos sobre temáticas escassas no campo arquivístico. Sugere-se a

inclusão do letramento e da competência informacional nas agendas de pesquisas da Arquivologia.

REFERÊNCIAS

ALDABALDE, T. V. Mediação cultural em arquivos: definição e aproximações terminológicas. **Acesso Livre**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 59-69, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://revistaacessolivre.files.wordpress.com/2015/09/taiguara-villela.pdf>. Acesso em: 13 maio 2021

ARAÚJO, Carlos Alberto. Teoria crítica da informação no Brasil: a contribuição de Armand Mattelart. **RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde**. Rio de Janeiro, v.3, n.3, p.112-119, set., 2009.

ARAÚJO, Carlos Alberto. **Mediação como conceito potencializador do diálogo entre a Ciência da Informação e os campos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. Anais, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012.

BRISOLA, Ana Cristina; ROMEIRO, Nathália Lima. A competência crítica em informação como resistência: uma análise sobre o uso da informação na atualidade. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. Rio de Janeiro, RJ, v. 14, n. 3, p. 68-87, set./dez., 2018

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. Competência em Informação: conceitos, características e desafios. **Atoz**, Curitiba, v.2, n.1, p. 5-9, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/41315>. Acesso em: 07 abr. 2021.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. A mediação cultural como categoria autônoma. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p.1-22, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/download/1992/17341>. Acesso em: 13 maio 2021.

SHAPIRO, J.; HUGHES, S. K. Information literacy as a liberal art: enlightenment purposes for a new curriculum. [S.l.]: **Educon Review**, 1996 *apud* VITORINO, Elizete Vieira; PANTOLA, Daniela. **Competência informacional – bases históricas e conceituais: construindo significados**. Brasília, 2009.

VITORINO, Elizete Vieira; PANTOLA, Daniela. Competência informacional – bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 38, n. 3, p.130-141, set./dez., 2009.